

## **A profundidade histórica dos fluxos**

**DIAS, Juliana Braz & LOBO, Andréa de Souza (Orgs.).** *África em movimento*. Brasília, ABA Publicações, 2012, 300 pp.

Rocío Alonso Lorenzo  
*Universidade de São Paulo*

Esta coletânea de artigos, organizada por Juliana Braz Dias e Andréa de Souza Lobo, apresenta-nos uma visão das teorias da globalização crítica e refrescante, que oxigena algumas convicções excessivamente comemoradas na década de 80 e que, pelo jeito, começam a soar ilusórias. No contexto de “mobilidade” social e espacial da África contemporânea e do “embrionário” campo de estudos africanistas brasileiro, as autoras e autores dispõem-se a responder criativamente ao que Wilson Trajano Filho na introdução do livro chama de “percepção ilusória de novidade”. Expressão cunhada por João de Pina-Cabral, remeteria a um suposto “uso e abuso” por parte das teorias da globalização de uma “miríade semântica” de conceitos como “desterritorialização, transnacionalização, transmigrantes, hiperespaços, espaços hiper-reais e globais” (p.10), que teriam sido erroneamente tomados por fenômenos novos que só passaram a existir a partir do final do século xx. Como contrapartida ao excessivo “presentismo” e à “obsessão” por fluxos de coisas, ideias e pessoas, Dias e Lobo sugerem focalizar o “movimento” como “um elemento estrutural, com profundidade histórica” e apontam o uso de formas narrativas – obras literárias, filmes, músicas e fotografias – como estratégia metodológica. Sem pretender desvalorizar a qualidade etnográfica dos trabalhos coletados no livro, vale a pena, no entanto, alertar sobre o risco de tomar a “cultura popular” como monopólio da análise dos

“movimentos”. Terreno este, assim como os ditos “fluxos”, “sacralizado” pelas teorias da globalização, principalmente por aquelas influenciadas pela crítica cultural e o pós-modernismo.

Sem dúvida, o capítulo introdutório de Trajano Filho quebra essa armadilha, passando a propor a perspectiva de Ulf Hannerz (1987) da “crioulização” linguística como aquela que forneceria ao antropólogo uma “matriz-raiz” para pensar nos fluxos culturais e na transformação das estruturas de significação que as sociedades da periferia fazem das culturas metropolitanas. Ainda, o autor identifica criticamente quatro tipos de “abusos” que afetariam negativamente a análise de “fluxos e movimentos em África”. Em primeiro lugar, o “presentismo” ou “engano subjacente” dos estudos sobre a globalização de que haveria uma “ruptura histórica” que libertaria as pessoas de um suposto “aprisionamento das localidades” (p. 25). Em segundo lugar, o excesso de atenção por parte dos estudos “diaspóricos” a fluxos unidirecionais que acontecem majoritariamente da periferia para a metrópole, sendo que “quando se trata de fluxos de objetos e valores, a unidirecionalidade se inverte do centro para a periferia” (p. 33). Em terceiro lugar, ao tomar os “fluxos intersocietários de larga escala” como foco principal, a literatura sobre fluxos estaria obscurecendo “movimentos microscópicos”, que teriam um papel importante na conformação de culturas concretas. Por fim, o quarto tipo de “abuso” aponta para os “sistemas inerciais”, ou “sistema referencial de quem observa”, como responsáveis pela produção de conceitos e olhares profundamente marcados pelas grandes tradições acadêmicas africanistas, como a anglófila *versus* francófila. Trajano Filho ainda levanta alguns questionamentos e preocupações a respeito dos “ainda embrionários estudos africanos” no Brasil, como o excessivo localismo das pesquisas, a falta de uma formação africanista sistemática, a preferência dos pesquisadores de temáticas *soft* como a cosmologia e a religião, tão susceptíveis de serem capturadas por essencialismos metafísicos, e o risco de exportar modelos sul-americanos para a África.

A coletânea de artigos abre-se com uma primeira parte intitulada “Movimento como Valor”. No primeiro capítulo, “*Manera, ess Muv?*: a mobilidade como valor em São Vicente de Cabo Verde”, João de Vasconcelos propõe entender a “mobilidade” como tendo um duplo valor, instrumental e moral. Vasconcelos baseia-se em poemas de Baltasar Lopes da Silva, poeta e ensaísta cabo-verdiano que recebeu importantes influências de Gilberto Freyre, assim como em canções (*mornas*) compostas ao longo do século xx, captando de maneira delicada e audaz o que diz ser uma tensão “entre o valor do fazer-se a vida pondo-se em movimento e o valor dos relacionamentos locais [...] como fonte de ‘conflito psicológico’ e de ‘inquietação’ existencial” (p.58).

No segundo capítulo, “Vidas em Movimento. Sobre mobilidade infantil e emigração em Cabo Verde”, Andréa de Souza Lobo analisa a “circulação de crianças” entre familiares, vizinhos ou amigos na ilha da Boa Vista, uma dentre as nove ilhas que compõem o arquipélago cabo-verdiano. A “circulação de crianças” acontece, sobretudo, no contexto dos fluxos migratórios de mulheres que partem para a Itália em busca de oportunidades de emprego, inserindo-se no próprio *ethos* transnacional que marca a identidade cabo-verdiana. Inspirando-se no conceito de *relatedness* de Janet Carsten (2000), Lobo assinala “uma abertura para idiomas indígenas de conexão” (p.69) que vão além das relações de parentesco. A frequência dessa mobilidade, não livre de tensões, é compensada por um conceito de maternidade social e de “matrifocalidade” que inclui várias gerações, estabelecendo uma tríade entre emigrante, filho ou filha e família receptora, que é mediada pela comunicação à distância e a troca regular de informações, objetos, recursos e afetos, os quais devem ser regularmente acionados.

No capítulo terceiro, “Música Cabo-verdiana, Música do Mundo”, Juliana Braz Dias analisa como o gênero da *morna* passou a circular pelo mundo sob a categoria de *world music* (“músicas do mundo”), criada na

década de 1980 pela indústria discográfica internacional e que teve como sua principal protagonista a cantora cabo-verdiana Cesária Évora. Apesar da influência dos critérios rígidos que definem o estilo *world music*, a autora argumenta que algumas características estruturantes tanto do gênero *morna* quanto do contexto no qual as *mornas* se originaram, fazem destas “a manifestação da música cabo-verdiana que mais facilmente permite uma negociação entre proximidades e distâncias” (p.91), expressando de maneira muito particular a ambivalência entre a dor da saída e o prazer do regresso do emigrante.

A segunda parte do livro, intitulada “Fluxos e Refluxos”, abre-se com o texto “Gênero, Missão e Retorno: passado e futuro da Igreja Kimbanguista em Lisboa”, coautorado por Ramon Sarró e Joana Santos, que trata da trajetória desse movimento cristão desde suas origens até o momento atual. O kimbanguismo teria sido fundado em 1921 na região do Baixo Congo, atual República Democrática do Congo, pelo líder espiritual Simon Kimbangu (1887-1951), que passou a ser entendido pela teologia kimbanguista como o Paraclito, o Espírito Santo que ficara entre a humanidade para a eternidade. Apesar de o líder ter sido preso pelas autoridades desde 1921 até sua morte em 1951, a esposa Mamá Mwilu e seus três filhos teriam dado continuidade ao kimbanguismo, uma vez que a Igreja foi reconhecida pelos belgas em 1959, transformando-se numa das maiores denominações religiosas do Congo independente e se espalhando por alguns países europeus por meio da diáspora angolana e conguesa. Partindo de uma “antropologia do evento”, analisa-se o processo pelo qual a comunidade kimbanguista lisboeta acaba adquirindo um reconhecimento público do qual outras comunidades kimbanguistas da Europa carecem. Contudo, ideias de retorno à terra natal e discursos políticos messiânicos começam a surgir no contexto de crise econômica vivido atualmente na Europa, surgindo tensões entre as “forças centrífugas” diaspóricas e as “forças centrípetas” que convergem para N’kamba-Nova Jerusalém.

Numa análise etno-histórica não livre de detalhes, Milton Guran, em “O Refluxo da Diáspora Africana em Perspectiva: Angola, Benin, Togo, Nigéria, Gana, Libéria e Serra Leoa”, descreve as circunstâncias que rodearam o retorno de africanos da dita diáspora das Américas ao continente de origem durante todo o século XIX, focando na especificidade do caso dos *agudás* do Benin. O “retorno” resulta na seguinte contradição: “os africanos da diáspora, ao perderem sua cidadania e o seu pertencimento às sociedades de origem, passam a ser considerados como ‘o outro’” (p. 130). No entanto, os *agudás* do Benin, ou escravos retornados “brasileiros” e seus descendentes, teriam conseguido construir uma nova identidade associando-se aos antigos traficantes brasileiros. A história é fascinante, começando com o traficante Francisco Félix de Souza, nascido na Bahia em 1754, quem teria costurado cuidadosamente uma dinastia que perdura até hoje a partir do casamento com princesas do reino Guin e outros relacionamentos com mulheres nativas, chegando a gerar uma prole de sessenta e três filhos e a usufruir o título de vice-rei de Uidá ou Chachá, o qual concedia-lhe “o direito de monopólio sobre todo o tráfico de escravos no reino do Daomé” (p.135). Graças à família de Souza, os *agudás* adquiriram a “qualidade de cidadãos de plenos direitos”, constituindo uma exceção entre os escravos retornados na África Ocidental.

Dos *agudás* passa-se ao “Uso e Abuso do Afro do Brasil na África”, onde Livio Sansone discute o processo de patrimonialização da Cidade Velha, antiga capital da colônia, situada na Ilha de Santiago em Cabo Verde. Sansone salienta algumas tensões, paradoxos e estranhamentos que teriam surgido a partir do reconhecimento pela Unesco da cidade como Patrimônio da Humanidade em 2009. Se, por um lado, essa patrimonialização “por cima” e “de fora para dentro” (centrípeto) abriria novas oportunidades de investimentos turísticos, por outro lado, o processo envolve a busca de elementos “diferentes” dignos de serem protegidos de acordo com o modelo de “diversidade cultural” e “multicultural”

promovido pela Unesco, no qual a mestiçagem, ou a criouliização, não teria lugar. Ironicamente, elementos da cultura afro-brasileira como a capoeira e a estética afro dos blocos carnavalescos soteropolitanos teriam sido importados às ilhas cabo-verdianas, constituindo-se em fonte de inspiração para a “redescoberta” ou revitalização de elementos africanos da própria ilha de Santiago.

A terceira parte do livro, “Projetos Migratórios, Pertencimento e Exclusão”, abre-se com um texto de Lorenzo Macagno que aborda a diáspora chinesa moçambicana, conhecida também como “luso-chinesa” ou “sino-moçambicana”. O capítulo “Os ‘Chineses’ da Beira, Moçambique. Itinerários de uma dispersão” reflete sobre as forças históricas e sociopolíticas contraditórias que levaram essa comunidade chinesa, de aproximadamente oitocentas pessoas, a serem adulados pelo poder colonial português como comunidade “simpática” e amiga e serem objeto de perseguições por parte do governo moçambicano e dos partidos independentistas de esquerda, uma vez que a guerra de independência de Moçambique iniciara-se entre final da década de 60 e início da década de 70. O autor explora, a partir de entrevistas realizadas com chineses vindos da Beira e estabelecidos em Curitiba, como alguns deles tiveram que assumir uma “cidadania flexível”, parafraseando a expressão cunhada por Aihwa Ong (1999), ao mesmo tempo que enfrentam a tendência da Portugal “europeia” atual a negar a renovação da nacionalidade portuguesa a muitos desses brasileiros naturalizados.

Um ensaio curto de Kelly Silva, “Sobre Pretéritos e Afetos, algumas Inquietações e Provocações”, toma o tema da imigração e um documentário de Teresa Prata baseado na obra do romancista moçambicano Mia Couto como referências para refletir sobre as tensões vividas a partir dos “silenciamentos impostos” pelas guerras coloniais. Essas tensões são reivindicadas pela autora como merecendo uma “dignidade analítica” ainda não muito explorada.

Este bloco temático sobre migrações encerra-se com um texto etnográfico de Pilar Uriarte Bálsamo, “Diáspora Africana e Navios de Carga na Modernidade: um estudo das migrações irregulares desde a África Ocidental ao Cone Sul”, onde a metáfora do “navio” – ou o primeiro “cronótopo moderno” na linguagem de Paul Gilroy (2001) – é acionada pela autora para pensarmos nas experiências de viagem dos “*polizones*”. Termo tomado do espanhol e que se refere à “forma de viajar do clandestino, sem documentação e/ou sem passagem, escondido em barcos e, por extensão, em outros meios de transporte” (p. 210), os *polizones* são abordados por Bálsamo como “sujeitos ativos” que não abandonam “a ideia do deslocamento como estratégia de inclusão social”. O risco – o “*perigoso é não correr perigo*” – aparece na interpretação audaz da autora como elemento constitutivo das experiências migratórias intercontinentais empreendidas por jovens emigrantes africanos, e principalmente da África Ocidental, que sonham com ir à Europa ou aos Estados Unidos, mas que, por “acidente” ou por falta de opções, acabam se estabelecendo na América do Sul. Chama a atenção o fato de esses longos percursos transoceânicos serem gestados entre amigos e grupos de pares, em contraste com os deslocamentos intrarregionais, dentro do continente africano, os quais envolveriam redes familiares na sua grande maioria.

A parte IV do livro, “Metodologias em Trânsito”, abre-se com um ensaio curto de Cláudia Bongianino, Denise da Costa e Sara Morais que retoma o debate sobre formas violentas de migração a partir do cinema realizado por uma geração de cineastas africanos como Sembène Ousmane, Med Hondo, Desiré Ecaré, Safi Faye, Moustapha Alassane, Abderrame Sissako, Oumarou Ganda, Jacques Champreux, entre outros, e que começaram as suas carreiras nas décadas de 60 e 70, uma vez que seus respectivos países se tornaram independentes. Trata-se, grosso modo, de um tipo de cinema que usa a própria violência como linguagem com o fim de alarmar a quem assiste.

Reflexões sugestivas e chocantes sobre a “reconstrução” do patrimônio afro-brasileiro são trazidas por Antonio Motta, num capítulo intitulado “Da África em Casa à África fora de Casa (Notas sobre uma exposição em trânsito)”, a partir da experiência do próprio autor na realização de uma exposição gráfica que envolveu afro-brasileiros e estudantes africanos residentes no Brasil e que surgiu no contexto de revitalização do Museu da Abolição de Recife, criado pelo governo brasileiro em 1954 e reaberto ao público só em 2012 com o objetivo de representar a presença do Negro na sociedade brasileira. Num tom sincero, o autor relata a experiência por ele vivida no “processo de discussão e disputa através do qual a narrativa expográfica foi sendo construída” (p. 247). Os participantes africanos, ao total trinta e três estudantes procedentes de diversas áreas de conhecimento e universidades brasileiras, confrontaram o que consideravam uma visão romântica, a dos afro-brasileiros, de uma “reserva cultural” derivada da escravidão inexistente na África contemporânea. Como solução final ao tal “descompasso” de temporalidades e espaços, realizou-se uma exposição em que as duas visões, a África “de dentro” e a África “de fora”, foram representadas.

João de Pina-Cabral encerra o livro com um texto excepcional em relação à linha temática e estilo narrativo dos outros capítulos do livro. “Um livro de Boa Fé? A contraditoriedade do presente na obra de Henri-Alexandre Junod (1898-1927)” é uma viagem introspectiva à vida e obra de Junod, um missionário suíço que conviveu entre os Tsonga da África do Sul e que produz textos etnográficos e românticos sobre os seus costumes. Pina-Cabral toma a obra de Junod como pretexto para refletir sobre a ambivalência entre um presente inacabado, “a ser destruído”, e uma narrativa etnográfica “não ficcional”, porém contraditória, onde o julgamento do “Paganismo” se faz possível uma vez que iria desaparecer.

África em movimento é um livro não só para antropólogos africanistas, senão também para historiadores, cientistas sociais e críticos culturais

que queiram repensar os “usos e abusos” da miríade de esnobismos que as tão comemoradas teorias da globalização tomaram como tropos explicativos das ditas diásporas pós-coloniais, esquecendo a “profundidade histórica” e “ambivalências” que dão sentido aos “movimentos”, mesmo quando estes implicam processos de “desterritorialização” e de ruptura com o passado.

### Referências bibliográficas

- CARSTEN, Janet  
2000 *Cultures of Relatedness: New Approaches to the Study of Kinship*. Cambridge, Cambridge University Press.
- HANNERZ, Ulf  
1987 “The World in Creolization”. *Africa*, 57 (4): 546-559.
- ONG, Aihwa  
1999 *Flexible Citizenship. The Cultural Logics of Transnationality*. Durham e Londres, Duke University Press.
- GILROY, Paul  
1991 *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro, Editora 34.